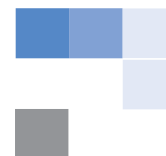


**CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 4/2025/DCP/NGP/ AUDITORIA  
DE CERTIFICADOS QUALIFICADOS A PRESTADOR QUALIFICADO DE  
SERVIÇOS DE CONFIANÇA**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**





## ÍNDICE

CAPÍTULO I .....	3
OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO .....	3
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
CAPÍTULO II APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	3
Artigo 4.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento .....	3
Artigo 6.º Prazo para a apresentação das propostas .....	4
Artigo 7.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	4
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas .....	4
Artigo 9.º Apresentação de propostas variantes .....	5
Artigo 10.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas .....	6
CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....	6
Artigo 11.º Critério de adjudicação .....	6
Artigo 12.º Leilão eletrónico .....	6
Artigo 13.º Procedimento de análise e avaliação de propostas .....	7
CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO .....	7
Artigo 16.º Notificação da decisão de adjudicação .....	7
Artigo 17.º Documentos de habilitação .....	7
CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....	8
Artigo 18.º Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças .....	8
Artigo 19.º Assinatura eletrónica .....	8
Artigo 20.º Agrupamentos .....	9
Artigo 21.º Despesas inerentes à celebração do contrato .....	9
Anexo I .....	10
Anexo II .....	12



## **CAPÍTULO I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do concurso**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de auditoria de acompanhamento e revisão de credenciação aos serviços de confiança qualificados de assinaturas eletrónicas, nos termos melhor definidos no caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público urgente, nos termos do artigo 155.º a 161.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (AMA), com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o número de telefone 21 723 12 00 e com o endereço eletrónico [www.ama.gov.pt](http://www.ama.gov.pt).

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Presidente do Conselho Diretivo da AMA, no uso das competências delegadas, nos termos da alínea d) do n.º 1 conjugada com a alínea k) do n.º 5 da Deliberação n.º 1372/2024, de 21/10, em 14 de janeiro de 2025.

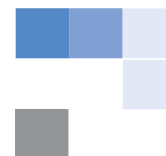
## **CAPÍTULO II**

### **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 4.º**

##### **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

Nos termos do n.º 2 do artigo 156.º do CCP, ao procedimento de concurso público urgente não é aplicável o disposto no art.º 50.º do CCP.



## **Artigo 6.º**

### **Prazo para a apresentação das propostas**

- 1 - As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt>, até ao dia 16 de janeiro de 2025.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

## **Artigo 7.º**

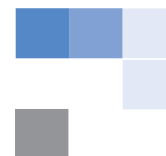
### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

Nos termos do n.º 2 do artigo 156.º do CCP, ao procedimento de concurso público urgente, não é aplicável o disposto no artigo 138.º do CCP.

## **Artigo 8.º**

### **Documentos que constituem as propostas**

- 1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos conforme anexo I ao CCP (anexo I do presente programa de concurso);
  - b) Declaração de preço contratual elaborada em conformidade com o anexo II ao presente programa de concurso;
  - c) Plano de Projeto;
  - d) Estrutura e composição da equipa a afetar ao projeto;

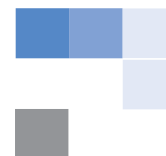


- e) Evidência de credenciação para a realização desta tipologia de serviços e
  - f) Documento com indicação expressa se a empresa integra alguma das categorias do conceito de micro, pequena ou média empresa (PME), nos termos da definição adotada a nível europeu e pelo IAPMEI, e, caso exista, a certificação dessa característica, nos termos do anexo III;
  - g) Outros documentos que o concorrente considere relevante para efeitos de avaliação da sua proposta.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
- 3 - Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante da declaração e da proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1, como por exemplo Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
- 4 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes.

### **Artigo 9.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.



### **Artigo 10.º**

#### **Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

Nos termos do artigo 159.º do CCP, o prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 10 dias.

### **CAPÍTULO III**

#### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 11.º**

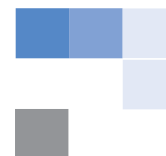
#### **Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, de avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
- 2 - Em caso de empate entre as propostas, será proposta para adjudicação a proposta selecionada na sequência de sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
- 3 - Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 1 (um) dia, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
- 4 - Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

### **Artigo 12.º**

#### **Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.



### **Artigo 13.º**

#### **Procedimento de análise e avaliação de propostas**

- 1 - Nos termos do n.º 2 do artigo 156.º do CCP, ao procedimento de concurso público urgente não é aplicável o disposto nos artigos 146.º a 154.º do mesmo diploma legal, não havendo lugar a Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final.
- 2 - Da decisão de adjudicação devem constar os motivos da exclusão de propostas enumerados nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

### **CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 16.º**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

### **Artigo 17.º**

#### **Documentos de habilitação**

- 1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 2 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV do CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência



que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

d) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.

- 2 - O Adjudicatário deverá remeter a certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- 3 - Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

### **Artigo 18.º**

#### **Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças**

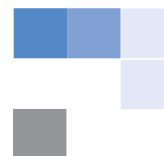
- 1 - A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <http://www.acingov.pt>.
- 2 - O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

### **Artigo 19.º**

#### **Assinatura eletrónica**

- 1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.





- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
- 3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 4 - A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as candidaturas e propostas é motivo de exclusão.

#### **Artigo 20.º**

##### **Agrupamentos**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.

#### **Artigo 21.º**

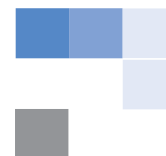
##### **Despesas inerentes à celebração do contrato**

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

#### **Artigo 22.º**

##### **Consulta preliminar ao mercado e Determinação do preço base**

O preço base foi determinado com fundamento em critérios objetivos, nos exatos termos dos valores obtidos na consulta preliminar ao mercado realizada à APCER - Associação Portuguesa de Certificação.



## **Anexo I**

### **Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

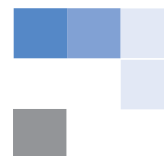
3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

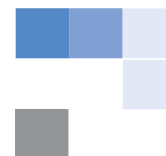
7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que



eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## Anexo II

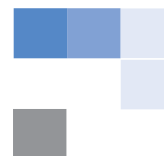
Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo **preço global de** \_\_\_\_\_, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O preço global da proposta é composto pelos seguintes preços unitários:

Serviço	Preço unitário proposto
Auditoria de transição	
Auditoria de verificação de Plano de ações	
Total	

Data e Assinatura



### ANEXO III

Modelo de declaração relativa a informações sobre a qualidade de PME de uma empresa

#### INFORMAÇÕES RELATIVAS À QUALIDADE DE PME

Identificação da empresa

**Nome ou firma:** .....

**Endereço da sede social:** .....

**NIPC:** .....

**Tipo de empresa:**

- ☐ Grande
- ☐ Média
- ☐ Micro
- ☐ Micro, pequena, média
- ☐ Pequena

**Importante:** houve alteração de dados relativamente ao exercício contabilístico anterior, suscetível de implicar mudança de categoria da empresa:

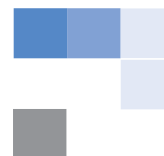
- ☐ **Não**
- ☐ **Sim** (neste caso, indicar a qualificação referente ao exercício anterior)

**Nota:** incluir evidência da certificação emitida pelo IAPMEI, caso exista.

Eu, abaixo-assinado, atesto, por minha honra, a exatidão da presente declaração e dos eventuais anexos.

Assinatura do representante legal





## ANEXO IV

### Modelo de declaração

#### [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º